

AVALIAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E SOCIAL DOS AFASTAMENTOS DO TRABALHO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Marcelo Marques¹
Solange De Bortoli Beal²
Juliana Aparecida Kunierski Florz³
Eliana Rezende Adami⁴

Recebido em 05/03/2025

Aceito em 18/06/2025

RESUMO

A expressão População Economicamente Ativa faz referência a indivíduos em idade produtiva que estão trabalhando ou em busca de emprego. No Brasil, essa população é composta por milhões de trabalhadores/as que estão sujeitos a afastamento do trabalho. No Brasil, o Sistema Único de Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores, considerando a necessidade da definição dos princípios, das diretrizes e das estratégias a serem observados nas três esferas de gestão do Sistema no que se refere à saúde de trabalhadores/as. O objetivo deste estudo foi o de analisar o perfil epidemiológico e social dos afastamentos do trabalho, de indivíduos afastados por doenças ocupacionais, acidente de trabalho a partir de 2019, identificando as principais causas que influenciam nas taxas de afastamento. Utilizou-se de uma revisão de literatura com buscas no Portal da Biblioteca Virtual de Saúde, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, priorizando artigos publicados entre 2019 e 2024 nos idiomas português, inglês e espanhol. Realizada, ainda, uma busca de dados governamentais junto ao Instituto Nacional de Seguro Social e ao Ministério Público do Trabalho, verificou-se que em todo o país o afastamento do trabalho por doenças ocupacionais equiparadas à acidente de trabalho são mais predominantes a partir de 40 anos de idade, sendo que a maior incidência de patologias está relacionada a fatores ergonômicos, doenças osteomusculares do tecido musculoesquelético e conjuntivo.

PALAVRAS CHAVE: Doenças ocupacionais, População economicamente ativa, Saúde ocupacional.

EVALUATION OF THE EPIDEMIOLOGICAL AND SOCIAL PROFILE OF SICK LEAVE AMONG THE ECONOMICALLY ACTIVE POPULATION

ABSTRACT

The term Economically Active Population refers to individuals of working age who are

¹ Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. marcelo.marques@inss.gov.br

² Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, Docente do curso de Medicina da UNIARP. solange.bortoli@uniarp.edu.br <http://lattes.cnpq.br/4810444413197419>

³ Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP (2024). julianafflorz@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/2365828106165793>

⁴ Doutora e Mestre em Farmacologia – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Bioética - PUCPR. Pós-doutorado em Ciências Farmacêuticas-UFPR. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cuidados em Saúde, Desenvolvimento Tecnológico, Sociedade e Bioética UNIARP/CNPq. eliana.rezende@uniarp.edu.br <http://lattes.cnpq.br/2551016065277441>

either employed or actively seeking employment. In Brazil, this population comprises millions of workers who are subject to work leave. In Brazil, the Unified Health System established the National Workers' Health Policy, considering the need to define principles, guidelines, and strategies to be observed across the three levels of System management regarding workers' health. This study aimed to analyze the epidemiological and social profile of absences from work, of individuals absent due to occupational diseases, and accidents at work as of 2019, identifying the main causes that influence absence rates. A literature review was conducted using searches on the Virtual Health Library Portal, the Latin American and Caribbean Health Sciences Literature, and the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, prioritizing articles published between 2019 and 2024 in Portuguese, English, and Spanish. Additionally, governmental data was collected from the National Social Security Institute and the Public Ministry of Labor. The findings indicated that work leave due to occupational diseases equivalent to work-related accidents is more prevalent among the aged of 40 years and older. The highest incidence of conditions is associated with ergonomic factors, musculoskeletal diseases of the connective and musculoskeletal tissues.

Keywords: Occupational diseases, Economically active population, Occupational health.

INTRODUÇÃO

O trabalho propicia recursos financeiros para que indivíduos possam custear as suas despesas, além de proporcionar uma estrutura de tempo, senso de identidade, *status*, integração na sociedade e oportunidades de desenvolvimento pessoal. Apesar da reconhecida importância do emprego para a qualidade de vida, ainda são escassos os estudos que investigam como as características do trabalho e os principais fatores relacionados à qualidade do emprego impactam a qualidade de vida e a satisfação geral dos indivíduos. Conforme Soares (2008), o trabalho participa da natureza do ser humano, permitindo que os indivíduos construam o mundo e a si mesmos, com uma personalidade e subjetividade inerentes a cada aspecto.

A efetivação do trabalho poder ser encarada como prazerosa, todavia, em diversas ocasiões, ainda se tem o mesmo como sacrifício e fomentador de sofrimento e adoecimento; não pelo trabalho em si, entretanto, pelo ambiente organizacional e emocional que há no meio laboral (Claudino *et al.*, 2021).

O mundo contemporâneo está associado a mudanças na organização do trabalho caracterizadas pela flexibilização e precarização das condições de exercê-lo. Por meio de diversas estratégias diretas, como implementação de novas tecnologias e automação, e indiretas, por meio de diversas mudanças sociais desencadeadas por novas e variáveis relações de trabalho, tais mudanças resultam em um tipo de sociedade sinalizada pela imediatez e funcionamento ininterrupto (Antunes, 2010).

A saúde do trabalhador é um tema central nas discussões sobre as condições de trabalho e o impacto das patologias ocupacionais na População Economicamente Ativa (PEA). No contexto brasileiro, esse tema ganha especial relevância diante da crescente preocupação com afastamentos do trabalho devido a doenças, que têm implicações significativas tanto para os indivíduos quanto para o sistema de seguridade social e para a economia do país (Quintão, 2023). A relação entre condições de trabalho e adoecimento tem sido objeto de estudos nas últimas décadas, com ênfase nas características do ambiente de trabalho, nos fatores socioeconômicos e nas especificidades etárias de trabalhadores/as. A literatura tem mostrado que, além das condições físicas e emocionais, o envelhecimento da força de trabalho e o aumento da expectativa de vida são fatores que impactam diretamente a saúde de trabalhadores/as e, portanto, os índices de afastamento laboral.

METODOLOGIA

Para a realização desta revisão, realizou-se um levantamento bibliográfico para explorar os estudos sobre o perfil e a epidemiologia social dos afastamentos do trabalho da PEA no Brasil. Para isso utilizou-se os descritores, a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH): “saúde ocupacional”; “occupational health”; “salud laboral” AND “doenças mais comuns no trabalho”; “most common workplace diseases”; “enfermedades más comunes en el trabajo”.

A coleta de artigos foi realizada nas principais bases de dados, incluindo o Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE/PubMed), priorizando-se os artigos publicados entre 2019 e 2024 nos idiomas português, inglês e espanhol. Obteve-se 4.230 artigos no total, foram excluídos artigos não disponíveis em texto completo ou que não atendam ao foco da pesquisa.

O foco do estudo é entender as principais patologias associadas ao afastamento da PEA, as características socioeconômicas e ocupacionais de trabalhadores/as em afastamento laboral e a relação entre essas variáveis e os afastamentos por doenças. Foram selecionados 20 artigos com o objetivo de fornecer uma visão crítica e atualizada sobre o tema, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a saúde do trabalhador, com foco na prevenção de doenças ocupacionais e na melhoria das condições de trabalho no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O envelhecimento da população brasileira tem trazido desafios adicionais. Estudos correlacionam o aumento da idade para aposentadoria com o crescimento das doenças crônicas entre

trabalhadores/as com idade mais avançada, destacando que a continuidade no mercado de trabalho de indivíduos com patologias preexistentes pode acentuar os afastamentos temporários ou definitivos. Este fenômeno, tem sido especialmente relevante no setor público, onde a média de idade de trabalhadores/as é mais elevada, mas também em setores privados, como o comércio e os serviços, onde a pressão para manter-se no mercado de trabalho mais tempo tem afetado a sua saúde (Bezerra; Hennington; Pignatti, 2023).

A ausência de trabalhadores/as do processo de trabalho é um assunto relevante para vários campos sociais e, principalmente, para o trabalho na esfera pública e privada. As análises do absenteísmo, geralmente, se concentram em questões relacionadas à perda de produtividade e despesas com saúde de trabalhadores/as ou de suas famílias, redução de renda e custo de benefícios. No entanto, o absenteísmo também pode ser visto como uma expressão de insatisfação no trabalho, ou seja, um mecanismo de resistência contra condições de trabalho que causam desconforto ou adoecimento (Baasch; Trevisan; Cruz, 2017).

A ausência por doença está associada a custos para os indivíduos, para as empresas e para a sociedade, uma vez que a prevenção da ausência por doença pode contribuir para melhorar o bem-estar dos indivíduos garantindo um fornecimento adequado de mão de obra para o local de trabalho e a sociedade. Estudos indicam que condições de trabalho psicossociais adversas, como baixo controle do trabalho, fraca qualidade da liderança e baixo apoio social, preveem um risco acrescido de ausência laboral por doença. Estas descobertas indicam que as relações sociais no local laboral são importantes preditores da ausência por doença.

Soares e colaboradores (2018) ressaltam que as doenças ocupacionais são uma das principais causas de afastamento no Brasil, especialmente, se há exposição a condições adversas, como as que enfrentam operários/as da construção civil, trabalhadores/as da saúde e do transporte. Transtornos musculoesqueléticos, doenças respiratórias e doenças relacionadas ao estresse ocupacional estão entre as mais prevalentes, como também observam Cattani *et al.* (2021), que destacam o impacto das condições de trabalho nas taxas de absenteísmo. Além disso, Gonçalves e colaboradores (2024) apontam que a pandemia da doença do coronavírus-19 (covid-19) exacerbou o adoecimento no ambiente de trabalho, especialmente, entre trabalhadores/as essenciais, evidenciando a vulnerabilidade de certos grupos ocupacionais frente a novos riscos à saúde.

Os aspectos socioeconômicos têm sido fundamentais na compreensão do adoecimento ocupacional. Santana e colaboradores (2016) indicam que a precarização das relações de trabalho,

com aumento da informalidade e das condições de trabalho inadequadas, tem levado ao aumento das doenças ocupacionais, especialmente entre trabalhadores/as de menor escolaridade e em setores informais. Esses/as enfrentam maiores dificuldades de acesso a cuidados de saúde preventivos e tratamentos adequados, o que agrava o quadro de adoecimento e contribui para o aumento das taxas de afastamento.

Asante e colaboradores (2019) complementam que os resultados negativos do estresse no trabalho estão associados: a doenças; diminuição da capacidade de desempenho; iniciativa e eficiência reduzidas; interesse e insatisfação no trabalho; absenteísmo; falta de preocupação com a organização; aumento da rotatividade de pessoal; bem-estar ruim; e, declínio na qualidade geral dos cuidados. As abordagens relativas à relação saúde-trabalho contemplam, ao longo da história, saltos qualitativos e marcos referenciais distintos, envolvendo a Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional e a Saúde do Trabalhador, sendo esta última a abordagem mais atual e ampla e cujo objeto é o processo saúde-doença, em sua relação com o trabalho, na busca de condições e ambientes saudáveis, contextualizada no momento sociopolítico de uma determinada sociedade.

À medida que as doenças crônicas não transmissíveis aumentam em prevalência globalmente, também aumentam os anos em que os indivíduos vivem com deficiência, particularmente, a resultante de transtornos de saúde mental, como depressão, transtornos musculoesqueléticos e doenças cardiovasculares (DCV). O ambiente de trabalho psicossocial, incluindo estressores psicossociais relacionados ao trabalho — como altas demandas, baixo controle do trabalho (tensão no trabalho), desequilíbrio esforço-recompensa, baixo apoio social, conflito entre vida pessoal e profissional, *bullying* e assédio —, são contribuintes significativos para esses transtornos, bem como para pensões por invalidez, ausência por doença e presenteísmo. Esses resultados representam um fardo financeiro substancial para trabalhadores/as, organizações e os cofres públicos (Baasch; Trevisan; Cruz, 2017).

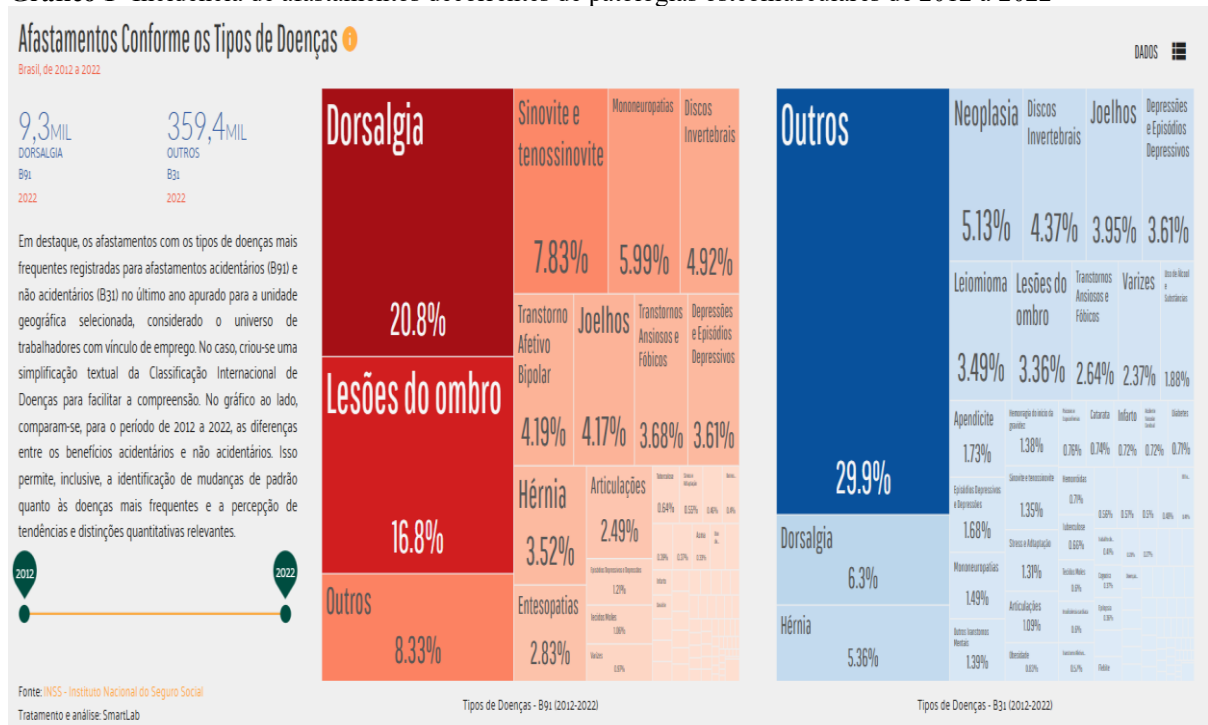
Vale ressaltar, que os transtornos mentais, como depressão e ansiedade relacionados ao trabalho estão crescendo, em 2021 foram a terceira maior motivação para afastamento do trabalho no Brasil. De acordo com o Observatório de Segurança e Saúde do Trabalho, plataforma que utiliza diversas bases de dados públicos do país, mais de 13 mil brasileiros/as tiveram como motivos para a concessão de benefícios previdenciários acidentários as causas mentais e comportamentais relacionadas ao Grupo F, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Se relacionados com os transtornos osteomusculares, os mentais podem ser considerados a segunda maior causa de afastamento no país (Brasil, 2024).

Os transtornos mentais estão entre as principais causas de afastamento do trabalho no Brasil. Um levantamento do Ministério da Previdência Social mostrou que, em 2023, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu 288.865 benefícios por incapacidade devido à disfunção da atividade cerebral e comportamental. O número é 38% maior do que em 2022 (209.124) (Brasil, 2024).

Sousa e colaboradores (2022) analisaram a saúde mental de policiais, revelando que transtornos como depressão, estresse e ansiedade são altamente prevalentes. O estudo destaca como a exposição a riscos físicos e emocionais, inerentes à profissão policial, contribui para o adoecimento mental. Além disso, fatores protetivos e intervenções foram pouco explorados na literatura, indicando uma lacuna significativa na pesquisa. Os autores sugerem que futuras investigações priorizem estratégias de resiliência e suporte, como programas de treinamento emocional e gestão de estresse (Sousa *et al.*, 2022). Este estudo sublinha a necessidade urgente de abordagens que vão além do diagnóstico, promovendo o bem-estar psicológico em categorias profissionais de alta pressão.

Em novembro de 2023, a Portaria n. 1.999 do Ministério da Saúde (Brasil, 2023) que atualizou a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, incluindo transtornos mentais, por exemplo, *burnout*, ansiedade, depressão e tentativa de suicídio, como doenças relacionadas ao trabalho. A inclusão destas enfermidades no rol da Portaria chama a atenção aos cuidados com a saúde mental no ambiente profissional (Brasil, 2024).

Ainda, a principal incidência de doenças musculoesqueléticas, como lesões por exercícios repetitivos estão ligadas a fatores ergonômicos no ambiente de trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego editou em 1978 (Brasil, 1978), com sua primeira atualização em 1990 (Brasil, 1990), a Norma Regulamentadora n. 17 (NR-17) que tem por objetivo principal estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho. No entanto, desde sua criação até a mais recente atualização em 2022 (Brasil, 2022), as doenças relacionadas ao trabalho de natureza ergonômicas ocupam o primeiro lugar entre os afastamentos acidentários, temporários e permanentes, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1- Incidência de afastamentos decorrentes de patologias osteomusculares de 2012 a 2022

Fonte: SmartLab (2024, on-line).

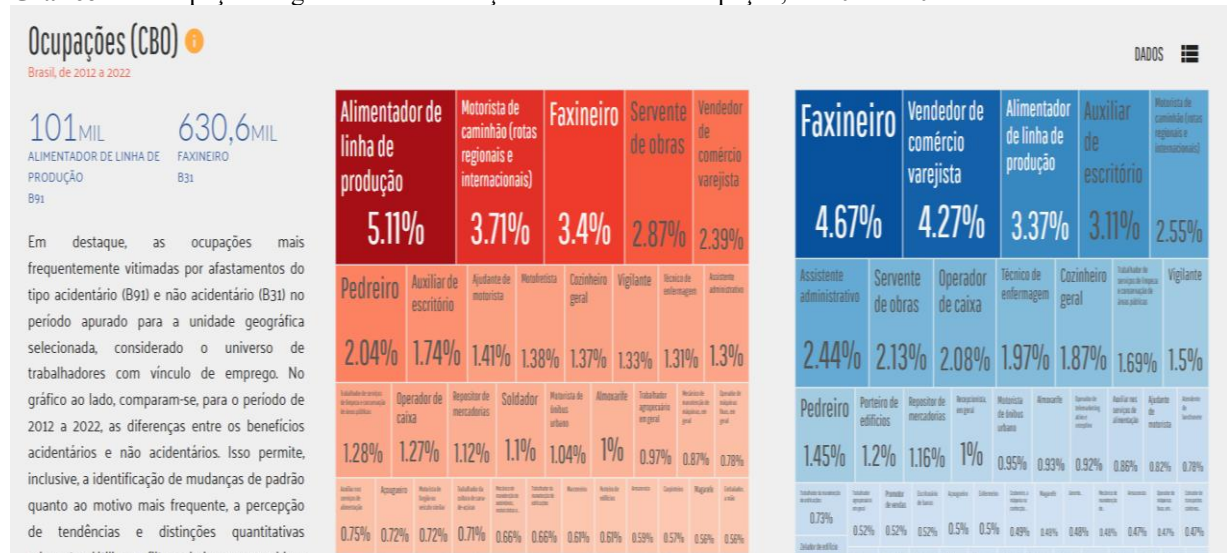
No Gráfico 1, vê-se a diferença entre a incidência de doenças relacionadas ao trabalho e as não relacionadas, como a Dorsalgia que apresenta 20,8%, representando 163.257 afastamentos por essa patologia, enquanto a mesma patologia não relacionada ao trabalho foi de apenas 6,3% entre os afastamentos não acidentários representando 1.016,478 casos. Outros transtornos como lesão de ombro, sinovite e tenosinovite, mononeuropatias, discos intervertebrais e joelhos também se destacam entre as patologias acidentárias. Essas patologias tanto acidentárias ou não acidentárias têm em comum a ocupação (Gráfico 2), fator idade, quanto mais idade o/a trabalhador/a tiver, maior são as chances de se desenvolverem.

García-Henao e Gallego-Urbe (2019) investigaram a prevalência de lesões ortopédicas ocupacionais em trabalhadores/as atendidos/as em um hospital de Manizales, Colômbia. As fraturas, seguidas por sequelas de lesões e entorses, foram as mais comuns, afetando principalmente homens, entre 15 e 69 anos. A pesquisa destaca a necessidade de estudos epidemiológicos contínuos para orientar campanhas de prevenção e intervenções oportunas. Além disso, a alta prevalência de lesões sugere lacunas na segurança ocupacional e na ergonomia dos ambientes de trabalho. Este estudo oferece uma base para futuras pesquisas e ações voltadas para a redução da incidência de lesões musculoesqueléticas, promovendo maior segurança e bem-estar entre os trabalhadores.

Uma pesquisa que avaliou os fatores de risco para lombalgia em trabalhadores/as revelou que mulheres jovens são particularmente vulneráveis, principalmente, quando expostas a fatores psicossociais no trabalho. Esses resultados reforçam a complexidade da lombalgia, que não é apenas física, mas também influenciada por pressões psicológicas e sociais. Embora o modelo logístico utilizado tenha apresentado limitações em sensibilidade e especificidade, oferece *insights* importantes para o desenvolvimento de programas de prevenção e ergonomia no ambiente de trabalho, evidenciando a necessidade de abordagens integradas que considerem fatores físicos e psicossociais simultaneamente (Mena; Fernández Martínez; Guevara, 2022).

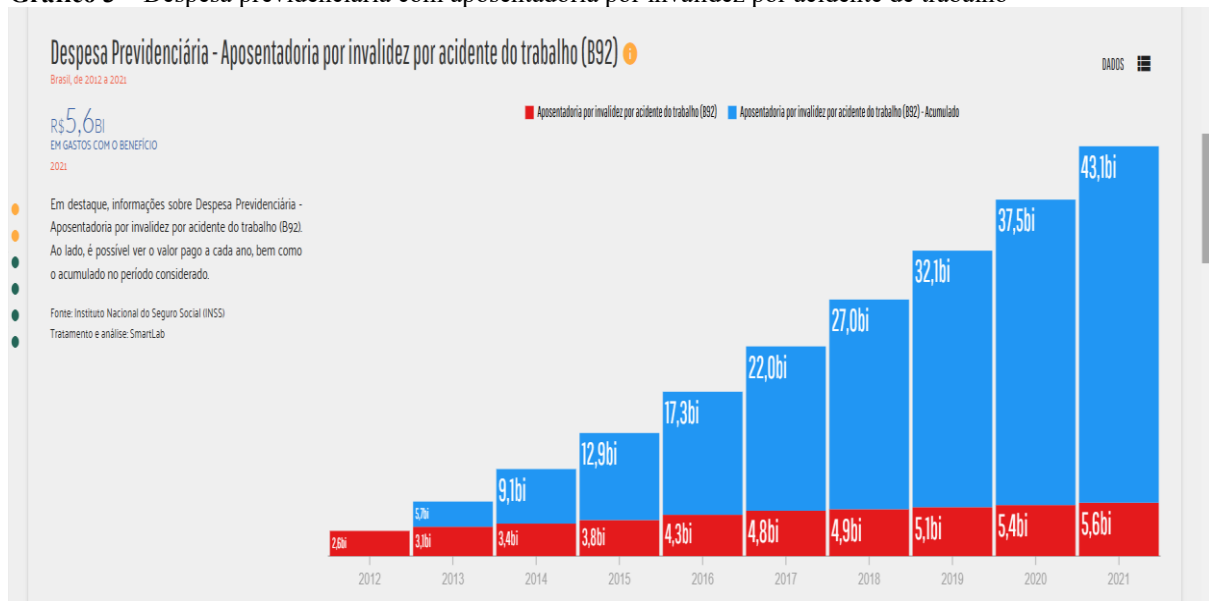
A incidência de doenças relacionadas ao trabalho ou não, estão ligadas estatisticamente à idade e ocupação de trabalhadores/as. Conforme o Gráfico 2, as ocupações que demandam mais esforço físico do trabalhador, são as que mais geram demandas osteomusculares. Correlacionando-se essas informações com as do Gráfico 1 quanto mais tempo esses/as trabalhadores/as ficarem expostos/as aos riscos ambientais do trabalho, maior serão as chances de adoecimento. Essa situação após a Reforma da Previdência é agravada com a aposentadoria tardia, 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens.

Gráfico 2 – Ocupações segundo a Classificação Brasileira de Ocupação, de 2012 a 2022



Fonte: SmartLab (2024, on-line).

Observa-se, efeito contrário do que se objetiva com a Reforma da Previdência — a busca por economia nos cofres da seguridade social —, pois, há procura por aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) e apresentando aumento significativo após 2019, afetando de forma relevante as despesas com esse benefício, como verificado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Despesa previdenciária com aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho

Fonte: SmartLab (2024, *on-line*).

Freire e Conde (2023) destacaram como o ambiente de trabalho administrativo contribui significativamente para o risco de Trombose Venosa Profunda. A pesquisa evidenciou que fatores como longas jornadas sedentárias, consumo de álcool e tabaco, e condições pré-existent, como varizes congênitas e doenças catastróficas, aumentam a suscetibilidade. A análise multivariada revelou que a carga ocupacional supera outros fatores, apontando para a necessidade de iniciativas preventivas no local de trabalho, incluindo pausas para alongamento e programas de conscientização. Este estudo reforça a importância de priorizar políticas de saúde ocupacional para minimizar os impactos dessa condição grave, que pode comprometer a qualidade de vida e a produtividade de trabalhadores/as.

Estudo que investigou a relação entre doenças cardiometabólicas, violência no trânsito e uso de substâncias em caminhoneiros, mostrou que o estresse gerado por assaltos e acidentes no trânsito, combinado com o abuso de álcool e tabaco, aumenta a prevalência de condições como obesidade e doença vascular periférica. Os achados reforçam a vulnerabilidade desse grupo devido às condições adversas de trabalho, incluindo jornadas prolongadas e falta de acesso a cuidados de saúde. Estratégias preventivas, como suporte psicológico, controle do uso de substâncias e melhorias nas condições de segurança, são essenciais para mitigar esses impactos (Pereira *et al.*, 2022).

Moretti, Cisterna e Pérez (2021) abordaram a influência dos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho no desenvolvimento de DCVs no Chile. O estudo destacou que, embora fatores de risco tradicionais, como dieta e sedentarismo, sejam amplamente reconhecidos, os fatores

psicossociais ainda são negligenciados em políticas de saúde. Pressões ocupacionais, estresse e desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal foram associados ao aumento do risco de DCVs. A inclusão de fatores psicossociais em programas de prevenção poderia representar um avanço significativo no controle dessas condições, apontando para a necessidade de reformulação das políticas de saúde ocupacional no Chile.

Esse cenário de afastamentos por doenças ocupacionais e acidentes de trabalho que o Brasil vive na atualidade, está no caminho contrário à Agenda 2030. em seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 08, a meta proposta pela Agenda 2030 é a de “proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguro e protegidos para todos os trabalhadores” o que de fato é mais importante do que Reformas que visam apenas reduzir custos a qualquer preço, implicando a saúde de trabalhadores/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho mudou em um ritmo sem precedentes nas últimas três décadas. A Epidemiologia Social examina os padrões dos Determinantes Sociais da Saúde e fornece abordagens de sistemas poderosas para a saúde da população. No contexto da globalização, os rápidos avanços tecnológicos, a abertura econômica e a interconexão global forneceram oportunidades para o crescimento econômico, mas também levaram, inevitavelmente, a uma competição acirrada, alteraram a natureza do trabalho e expuseram trabalhadores/as a novos riscos à saúde.

O conhecimento preciso do perfil de morbidade e dos aspectos que levam ao afastamento do trabalho possibilita o planejamento de ações para promoção de ambientes de trabalho saudáveis, prevenção de doenças, detecção e tratamento oportunos. Tais medidas estão relacionadas ao valor atribuído à saúde e à capacidade funcional de trabalhadores/as, e permitem reduzir a taxa de aposentadoria precoce. Atenção especial deve ser dada às intervenções, sempre que forem detectados afastamentos longos e frequentemente renovados, o que justifica a realização do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015. (Edição especial de 20 anos). Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-605163>. Acesso em: 15 out. 2024.

ASANTE, J. O.; LI, M. J.; LIAO, J.; HUANG, Y. X. & HAO, Y. T. The relationship between psychosocial risk factors, burnout and quality of life among primary healthcare workers in rural Guangdong province: a cross-sectional study. **BMC health services research**, v. 19, n. 1, p. 1-

10, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12913-019-4278-8>. Acesso em: 15 out. 2024.

BAASCH, D.; TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M. Epidemiological profile of public servants absent from work due to mental disorders from 2010 to 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1641-1650, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TgRqjvtctpVtdkszhJ6WHDb/?lang=en>. Acesso em: 12 out. 2024.

BEZERRA, L.; HENNINGTON, É. A.; PIGNATTI, M. G. Work and health conditions of women rural workers: an integrative review. **Saúde em Debate**, v. 47, p. 298-315, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ktFYbxPjbVGBVCbvhzw6pcR/?lang=en>. Acesso em 12 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social**. Instituto Nacional de Seguro Social. Brasília; INSS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.999, de 27 de novembro de 2023. Altera a Portaria de Consolidação n. 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). **D. O. U.**, 29/11/2023, n. 226, p. 99. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.999-de-27-de-novembro-de-2023-526629116>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. **D. O. U.**, 06.06.1978, Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/1978/portaria_3-214_aprova_as_nrs.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Portaria n.3.751, de 23 de novembro de 1990. **D. O. U.**, 26.11.1990, p. 22.576-22.577. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/1990/portaria_3-751_altera_a_nr_17_e_nr_15.pdf/@@download/file. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Portaria n. 4.219, de 20 de dezembro de 2022. Altera a nomenclatura de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA nas Normas Regulamentadoras em virtude da Lei n. 14.457, de 21 de setembro de 2022. (Processo nº 19966.100910/2021-44). **D. O. U.**, 22.12.2022. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/1990/portaria_3-751_altera_a_nr_17_e_nr_15.pdf/@@download/file. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Ministério da Saúde atualiza lista de doenças relacionadas ao trabalho após 24 anos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt->

br/assuntos/noticias/2023/novembro/ministerio-da-saude-atualiza-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho-apos-24-anos. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região. TRT. Transtornos mentais são a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil. **Justiça do Trabalho TRT 13ª Região (PBN)**, 24.10.2023. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/transtornos-mentais-sao-a-terceira-maior-causa-de-afastamento-do-trabalho-no-brasil>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CATTANI, A. N.; SILVA, R. M.; BECK, C. L. C.; D'ALMEIDA MIRANDA, F. M.; DALMOLIN, G. L.; CAMPONOGARA, S. Trabalho noturno, qualidade do sono e adoecimento de trabalhadores de enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE00843, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00843>

CLAUDINO, D. T. F.; SOUZA, G. M. R.; SILVA, A. C.; SILVA, J. F. O impacto de Programas de Qualidade de Vida no Trabalho em tempos de crise. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, p. e232101724881-e232101724881, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24881>

FREIRE, A. D. R. R.; CONDE, L. G. R. Factores de riesgo de trombosis venosa profunda en el personal administrativo de una universidad ecuatoriana. *Journal Health NPEPS*, v. 8, n. 1, p. e11084, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/11084>. Acesso em: 23 fev. 2025.

GARCÍA-HENAO, L. M.; GALLEGU-URIBE, J. C. Epidemiología de lesiones ortopédicas de origen laboral en un hospital de Manizales. *Revista Colombiana de Ortopedia y Traumatología*, v. 33, n. 3-4, p. 73-81, 2019. Disponível em: <https://revistasccot.org/index.php/rccot/article/view/276> Acesso em: 23 fev. 2025.

GONÇALVES, G. F.; ANASTÁCIO, F. S.; PAIXÃO, M. L. S.; CARVALHO, S. C. G.; INCHAUSPE, J. A. F.; TAVARES, J. P. Perfil do absenteísmo-doença em um serviço de emergência hospitalar antes, durante e após a pandemia de COVID-19. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 4, p. e5948-e5948, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-036>

MENA, V.; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, D.; GUEVARA, P. Análisis estadístico de los factores de riesgo asociados a las patologías de la columna lumbar para la población empleada. *Revista de la Facultad de Ciencias Médicas*, v. 47, n. 2, p. 9-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29166/rfcmq.v47i2.3952>

MORETTI, C.; CISTERNA, F.; PÉREZ, F. Efecto de los factores de riesgo psicosociales relacionados al trabajo en el desarrollo de enfermedades cardiovasculares. *Revista Chilena De Salud Pública*, v. 25, n. 1, p. 105–112, 2021. <https://doi.org/10.5354/0719-5281.2021.65201>

PEREIRA, N. M., ARAÚJO, L. B.; BERTUSSI, V. C.; CARRIJO, G. T.; JUNQUEIRA, M. A. B. Associação entre doenças cardiometabólicas autorreferidas, violência e uso de drogas em

caminhoneiros. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 12, e. 10, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769266858>

QUINTÃO, B. M. A saúde do trabalhador offshore: uma análise sanitária sobre a realidade das negociações coletivas do trabalho em alto-mar. 2023. 84 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/20276>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SANTANA, L. L.; SARQUIS, L. M. M.; BREY, C.; D'ALMEIDA MIRANDA, F. M.; FELLI, V. E. A. Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 37, n. 1, p. e53485, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.53485>

SMARTLAB. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Promoção Do Trabalho Decente. **Portal SmartLab**, 2024. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOARES, A. S. **Mobbing**: relações com a síndrome de burnout e a qualidade de vida dos trabalhadores de uma instituição universitária de Campo Grande, MS. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2008. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8025-mobbing-relacoes-com-a-sindrome-de-burnout-e-a-qualidade-de-vida-dos-trabalhadores-de-uma-instituicao-universitaria-de-campo-grande-ms.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SOARES, S. M.; GELMINI, S.; BRANDÃO, S. S. S.; SILVA, J. M. C. Workplace accidents in Brazil: Analysis of physical and psychosocial stress and health-related factors. **RAM-Revista de Administração Mackenzie**, v. 19, n. 3, p. eRAMG170131, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG170131>